



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista do Ministério Público
Especialidade Serviço Social

Nome do Candidato

Caderno de Prova, Cargo D04, Tipo 004

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

Instruções: Para responder às questões de números 1 a 10, considere o texto a seguir.

Jornalismo e universo jurídico

É frequente, na grande mídia, a divulgação de informações ligadas a temas jurídicos, muitas vezes essenciais para a conscientização do cidadão a respeito de seus direitos. Para esse gênero de informação alcançar adequadamente o público leitor leigo, não versado nos temas jurídicos, o papel do jornalista se torna indispensável, pois cabe a ele transformar informações originadas de meios especializados em notícia assimilável pelo leitor.

Para que consiga atingir o grande público, ao elaborar uma notícia ou reportagem ligada a temas jurídicos, o jornalista precisa buscar conhecimento complementar. Não se trata de uma tarefa fácil, visto que a compreensão do universo jurídico exige conhecimento especializado. A todo instante veem-se nos meios de comunicação informações sobre fatos complexos relacionados ao mundo da Justiça: reforma processual, controle externo do Judiciário, julgamento de crimes de improbidade administrativa, súmula vinculante, entre tantos outros.

Ao mesmo tempo que se observa na mídia um grande número de matérias atinentes às Cortes de Justiça, às reformas na legislação e aos direitos legais do cidadão, verifica-se o desconhecimento de muitos jornalistas ao lidar com tais temas. O campo jurídico é tão complexo como alguns outros assuntos enfocados em segmentos especializados, como a economia, a informática ou a medicina, campos que também possuem linguagens próprias. Ao embrenhar-se no intrincado mundo jurídico, o jornalista arrisca-se a cometer uma série de incorreções e imprecisões linguísticas e técnicas na forma como as notícias são veiculadas. Uma das razões para esse risco é lembrada por Leão Serva:

Um procedimento essencial ao jornalismo, que necessariamente induz à incompreensão dos fatos que narra, é a redução das notícias a paradigmas que lhes são alheios, mas que permitem um certo nível imediato de compreensão pelo autor ou por aquele que ele supõe ser o seu leitor. Por conta desse procedimento, noticiários confusos aparecerão simplificados para o leitor, reduzindo, conseqüentemente, sua capacidade real de compreensão da totalidade do significado da notícia.

(Adaptado de Tomás Eon Barreiros e Sergio Paulo França de Almeida. <http://jus2.uol.com.br.doutrina/texto.asp?id=1006>)

1. Uma das razões para a dificuldade de se veicularem notícias atinentes ao campo jurídico está
- (A) no baixo interesse que os temas desse campo do conhecimento costumam despertar no público leigo.
 - (B) na problemática tradução da linguagem do mundo da Justiça para uma linguagem que o leigo venha a compreender.
 - (C) no frequente equívoco de considerar um assunto eminentemente técnico como questão de interesse público.
 - (D) na improbidade de jornalistas que se dispõem a pontificar em assuntos que lhes são inteiramente alheios.
 - (E) na inexistência de técnicas de comunicação adequadas à abordagem de temas que exigem conhecimento especializado.

2. As normas de concordância verbal estão plenamente atendidas na frase:
- (A) Não são fáceis de traduzir em palavras simples um universo linguístico tão especializado como o de certas áreas técnicas.
 - (B) Sempre haverá de ocorrer deslizes, ao se transpor para a linguagem do dia-a-dia o vocabulário de um campo técnico.
 - (C) Cabe aos jornalistas transformar informações especializadas em notícias assimiláveis pelo grande público.
 - (D) Restam-lhes traduzir assuntos especializados em palavras que os leigos possam compreender já à primeira leitura.
 - (E) Exigem-se dos jornalistas que mostrem competência e flexibilidade na passagem de uma linguagem para outra.

3. Considere as seguintes afirmações:
- I. A expressão *buscar conhecimento complementar* sugere, no contexto do 2º parágrafo, a necessidade de atribuir aos juristas mais eminentes a tarefa de divulgar notícias do mundo jurídico.
 - II. No segmento que *também* possuem linguagens próprias (parágrafo 3º), a palavra sublinhada assinala que a imprensa dispõe, como outros campos da mídia, de uma linguagem específica.
 - III. Na expressão *ao embrenhar-se no intrincado mundo jurídico* (parágrafo 3º), os dois termos sublinhados dão ênfase ao risco de desnorтеio que oferece uma matéria específica ao jornalista que pretende simplificá-la.

Em relação ao texto, está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

4. O trecho citado de Leão Serva ressalta o fato de que
- (A) a inobservância dos paradigmas da imprensa leva muitos jornalistas a simplificarem excessivamente a complexidade da matéria de que tratam.
 - (B) as características do jornalismo levam muitos profissionais da imprensa a submeter uma matéria específica a paradigmas de outra área.
 - (C) a profissão de jornalista leva o homem de imprensa a se familiarizar com paradigmas que norteiam outros campos de atuação.
 - (D) a investigação de assuntos muito específicos faz com que o jornalista descure dos paradigmas de seu próprio campo de atuação.
 - (E) os jornalistas são levados à incompreensão de muitos fatos quando se limitam aos paradigmas próprios do universo desses fatos.

5. Ainda no trecho de Leão Serva, a expressão *Por conta desse procedimento* pode ser substituída, sem prejuízo para a correção e o sentido da passagem, por:
- (A) Conquanto seja considerado o procedimento.
 - (B) A par deste procedimento.
 - (C) Tendo por alvitre o mesmo procedimento.
 - (D) No influxo de tal procedimento.
 - (E) Em que pese a esse procedimento.



<p>6. Atente para as seguintes afirmações:</p> <p>I. Haverá alteração de sentido caso se suprimam as vírgulas do segmento <i>Um procedimento essencial ao jornalismo, que necessariamente induz à incompreensão dos fatos que narra, é a redução das notícias (...)</i>.</p> <p>II. Ainda que opcional, seria desejável a colocação de uma vírgula depois da expressão <i>Ao mesmo tempo</i>, na abertura do 3º parágrafo.</p> <p>III. Na frase <i>Não se trata de uma tarefa fácil, visto que a compreensão do universo jurídico exige conhecimento especializado</i>, pode-se, sem prejuízo para o sentido, substituir o segmento sublinhado por fácil: a compreensão.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) II e III, somente. (B) I, somente. (C) I, II e III. (D) I e III, somente. (E) I e II, somente.</p>	<p>10. A flexão dos verbos e a correlação entre seus tempos e modos estão plenamente adequadas em:</p> <p>(A) Todo equívoco que sobrevir à precária informação sobre um assunto jurídico constituiria um desserviço aos que desejarem esclarecer-se pelo noticiário da imprensa.</p> <p>(B) As imprecisões técnicas que costumam marcar notícias sobre o mundo jurídico deveriam-se ao fato de que muitos jornalistas não se deteram suficientemente na especificidade da matéria.</p> <p>(C) Leão Serva não hesitou em identificar um procedimento habitual do jornalismo, a “redução das notícias”, como tendo sido o responsável por equívocos que vierem a tolher a compreensão da matéria.</p> <p>(D) Seria preciso que certos jornalistas conviessem em aprofundar seus conhecimentos na área jurídica, para que não seguissem incorrendo em equívocos de informação.</p> <p>(E) Se um jornalista decidir pautar-se pela correção das informações e se dispor a buscar conhecimento complementar, terá prestado inestimável serviço ao público leitor.</p>
<p>7. <i>Ao mesmo tempo que se observa na mídia um grande número de matérias atinentes às Cortes de Justiça, às reformas na legislação (...)</i></p> <p>NÃO se mantém o emprego de <u>às</u>, no segmento acima, caso se substitua <i>atinentes</i> por</p> <p>(A) relativas. (B) pautadas. (C) alusivas. (D) concernentes. (E) referentes.</p>	<p><u>Instruções:</u> Para responder às questões de números 11 a 15, considere o texto a seguir.</p> <p style="text-align: center;">A teoria unificada</p> <p><i>Os físicos vivem atrás de uma teoria unificada do Universo que explique tudo. Todo o mundo persegue a tal teoria unificada, ou unificadora, por trás de tudo. Só varia o tudo de cada um. As religiões têm suas teorias unificadas: são suas teologias. Diante de um religioso convicto você está diante de alguém invejável, alguém que tem certeza, que chegou na frente da ciência e encerrou a sua busca. A ciência e as grandes religiões monoteístas começaram da mesma diversidade – os deuses semi-humanos e convivas da Antiguidade, as deduções empíricas da ciência primitiva – e avançaram, com a mesma avidez, do complicado para o simples, do diverso para o único. Só que o monodeus da ciência ainda não mostrou a sua cara.</i></p> <p><i>A teoria unificadora não requer esforço, é justamente um pretexto para não pensar. (...) No fundo, o que nos atrai não é a explicação unificadora. Pode ser a teoria mais fantástica, não importa. O que nos atrai é a simplicidade. O melhor de tudo é a desobrigação de pensar.</i></p> <p style="text-align: right;">(Luis Fernando Veríssimo, O mundo é bárbaro. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, pp. 59-60)</p> <p>11. O escritor Luis Fernando Veríssimo, com o humor que caracteriza seus textos, justifica a busca de uma teoria unificada</p> <p>(A) pela inspiração que as ciências primitivas constituíram para a evolução das religiões monoteístas.</p> <p>(B) pelo postulado do menor esforço, de que resultam as deduções empíricas das ciências primitivas.</p> <p>(C) pela inspiração das religiões monoteístas, que possibilitaram a revelação de um monodeus da ciência.</p> <p>(D) pela liberdade que os homens pretendem desfrutar em suas formulações particularizadas sobre a vida.</p> <p>(E) pelo postulado do menor esforço, já que a unificação implica uma simplificação da totalidade.</p>
<p>8. Traduz-se de modo claro, coerente e correto uma ideia do texto em:</p> <p>(A) Sem mais nem porque, alguns jornalistas passam a considerar-se aptos na abordagem de assuntos especializados, daí advindo de que muitas de suas matérias desvirtuam a especificidade original.</p> <p>(B) Em sua citação, Leão Serva propõe que a incompreensibilidade de muitas matérias jurídicas na imprensa deve-se ao procedimento redutor que leva um jornalista a incapacitar-se para aprender a totalidade da notícia.</p> <p>(C) A complexidade do universo jurídico é de tal ordem, tendo em vista a alta especialização de seu vocabulário, razão pela qual um jornalista vê-se em apuros ao traduzir-lhe.</p> <p>(D) Não apenas o campo jurídico: também outras áreas, como a economia ou a medicina, onde se dispõem de termos específicos, suscitam sérios desafios à linguagem jornalística.</p> <p>(E) Há matérias especializadas que exigem dos jornalistas uma formação complementar, para que possam traduzir com fidelidade os paradigmas dessas áreas.</p>	
<p>9. Transpondo-se para a voz passiva o segmento <i>Para esse gênero de informação alcançar adequadamente o público leitor leigo</i>, a forma verbal resultante será</p> <p>(A) ser alcançado. (B) vier a alcançar. (C) tenha alcançado. (D) fosse alcançado. (E) tenha sido alcançado.</p>	



12. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **plural** para preencher corretamente a lacuna da frase:

- (A) É comum que se (**atribuir**) aos cientistas a tarefa de elucidar os grandes enigmas do Universo.
- (B) O maior dos desafios que se (**propor**) a enfrentar os cientistas é uma teoria unificadora do Universo.
- (C) O que aos físicos e religiosos (**importar**) são as vantagens de um conhecimento que propicie a visão unificada do mundo.
- (D) Embora não se (**dever**) às primeiras deduções empíricas o avanço da ciência atual, elas não deixaram de traduzir a ânsia de conhecimento.
- (E) Entre tantas coisas que (**desejar**) alcançar a investigação humana, a teoria unificada é por certo a mais perseguida.

13. Da leitura do texto deduz-se que, para o autor,

- (A) os físicos espelham-se nos teólogos a cada vez que buscam formular uma teoria unificada do universo.
- (B) a teoria mais fantástica costuma despertar mais interesse que a teoria simplificada dos teólogos.
- (C) as teologias, ao contrário dos estudos científicos, já estabeleceram uma teoria unificadora.
- (D) as religiões que cultuavam os deuses semi-humanos deram lugar aos estudos físicos que perseguem uma teoria unificada.
- (E) a desobrigação de pensar foi a principal razão para que os homens da Antiguidade cultuassem tantos deuses.

14. Deve-se entender por *deduções empíricas da ciência primitiva* o que os antigos deduziam a partir

- (A) das religiões arcaicas que sistematizavam a compreensão do mundo.
- (B) dos princípios que viriam a constituir as religiões monoteístas.
- (C) da imaginação mais fantasiosa e mais especulativa.
- (D) da aplicação de métodos pragmáticos e objetivos de observação.
- (E) de suas experiências e das observações da realidade imediata.

15. A teoria unificada é uma velha obsessão humana, buscam a teoria unificada tanto os físicos como os teólogos, todos veem a teoria unificada como a meta final do conhecimento, todos atribuem à teoria unificada a virtude de uma totalização definitiva.

Evitam-se as viciosas repetições do texto acima substituindo-se os segmentos sublinhados por, respectivamente,

- (A) buscam-na - a veem - lhe atribuem
- (B) a buscam - veem-na - a atribuem
- (C) buscam-lhe - veem-na - lhe atribuem
- (D) buscam-na - veem-lhe - atribuem-lhe
- (E) a buscam - veem-na - atribuem-na

Instruções: Para responder às questões de números 16 a 20, considere o texto a seguir.

Maturidade

Não, não sei, jamais saberei o que é maturidade. Mas sei reconhecer a imaturidade, quando esta se manifesta.

Reconheço-a antes de tudo em mim, que cheguei esperançoso à ideia de não mais merecê-la. Mas o milagre não se deu.

Por vezes tive a boba e boa ilusão de estar chegando lá, à maturidade. Controlei alguns demônios menores; outros de moto próprio me deixaram; senti valorizar-se em mim o sentido da justiça e a tentação da fraternidade; meu egoísmo se reduziu, dando mais espaço à compreensão do outro, abri os olhos às minhas complacências indevidas e os fechei o mais que pude aos rigores de juízo enraizados no ressentimento. Demissões, mutações e aquisições se operavam em mim, que esperava, deliciado, a maturidade.

Mas a maturidade não veio. Esvaziei-me no desengano. A princípio com uma tristeza, depois com uma espécie de contentamento venal, chegando quase à indiferença insípida, vi que a maturidade não veio.

(Paulo Mendes Campos, **Crônicas escolhidas**. S. Paulo: Ática, 1981, p. 149)

16. Com a afirmação *cheguei esperançoso à ideia de não mais merecê-la*, no primeiro parágrafo, o autor está-se referindo, precisamente,

- (A) ao desencanto de quem jamais alcançará a condição madura.
- (B) ao temor de não mais poder se valer da própria imaturidade.
- (C) à frustração de não encontrar vantagem no exercício da maturidade.
- (D) à convicção de haver efetivamente atingido uma plena maturidade.
- (E) à possibilidade de já não precisar se valer da condição de imaturo.



17. É preciso **corrigir** a redação da seguinte frase:

- (A) Mesmo que eu nunca chegue à maturidade, não tenho por que descrever que haja ganho em toda experiência.
- (B) Deve-se admitir que o autor não deixa de revelar um traço de maturidade ao confessar que não a alcançou.
- (C) Ainda que a minha maturidade se demore em vir, não deixarei de ficá-la esperando.
- (D) Se a maturidade viesse, eu não me esvaziaria no desengano; exercê-la-ia prazerosamente.
- (E) Se vier a maturidade, espero saber como desfrutar plenamente de todos os seus benefícios.

18. Atente para as seguintes afirmações:

- I. O autor reconhece que, com o advento da maturidade, alguns de seus *demônios menores* extinguíram-se sem que ele concorresse para isso.
- II. A expressão *complacências indevidas* é um dos sinais que caracterizavam sua imaturidade.
- III. Opõem-se, quanto ao sentido, as expressões *complacências indevidas* e *rigores de juízo*.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) II e III, somente.
- (B) III, somente.
- (C) I, II e III.
- (D) I e II, somente.
- (E) I e III, somente.

19. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de um segmento do texto em:

- (A) *Esvaziei-me no desengano* = logrei abater o ceticismo.
- (B) *indiferença insípida* = descaso negligente.
- (C) *quando esta se manifesta* = onde a maturação se insinua.
- (D) *enraizados no ressentimento* = aflorados na indisposição de ânimo.
- (E) *contentamento venal* = satisfação corrompida.

20. Está redigido com clareza e correção o seguinte comentário sobre o texto:

- (A) Não se pergunta o cronista porque não atingiu à maturidade, apenas constata que ela se fez pressentir, sem de fato chegar-lhe a bom termo.
- (B) Ao confessar que não chegou à maturidade, o cronista expõe o processo ao longo do qual chegou a imaginar que poderia alcançá-la.
- (C) Graças à maturidade em que nunca chegou, o autor não se dispôs consigo próprio, antes disso, acabou por se deixar levar ao tédio.
- (D) Fia-se o autor na ideia de que, mesmo sendo compulsória, a maturidade por vezes deixa de contemplar aqueles que com ela não se congraçam.
- (E) Centrando-se no seu desengano, esta crônica deixa supor que não obstante a maturidade não chegue, o autor deixa-se invadir pela melancolia.

Noções de Informática

21. Um texto relacionado em um documento do editor BrOffice.org Writer e definido com a opção de rotação a 270 graus será girado em

- (A) 60 graus para a direita.
- (B) 60 graus para a esquerda.
- (C) 90 graus para a direita.
- (D) 90 graus para a esquerda.
- (E) 270 graus para a direita.

22. Cada componente do caminho E:\ARQUIVOS\ALIMENTOS\RAIZES.DOC corresponde, respectivamente, a

- (A) diretório raiz, pasta, subpasta, nome do arquivo e extensão do arquivo.
- (B) diretório raiz, pasta, subpasta, extensão do arquivo e nome do arquivo.
- (C) extensão do arquivo, nome do arquivo, pasta, subpasta e diretório raiz.
- (D) extensão do arquivo, pasta, subpasta, nome do arquivo, e diretório raiz.
- (E) diretório raiz, nome do arquivo, pasta, subpasta, e extensão do arquivo.

23. O cabeçalho ou rodapé pode conter, além de número da página, a quantidade total de páginas do documento MS Word, escolhendo o modelo Página X de Y inserido por meio da aba

- (A) *Layout* da página, do grupo Cabeçalho e rodapé e do botão Cabeçalho ou botão Rodapé.
- (B) *Layout* da página, do grupo Número de página e do botão Cabeçalho ou botão Rodapé.
- (C) Inserir, do grupo Cabeçalho e rodapé e do botão Número da página.
- (D) Inserir, do grupo Cabeçalho e rodapé e do botão Cabeçalho ou botão Rodapé.
- (E) *Layout* da página, do grupo Cabeçalho e rodapé e do botão Número da página.

24. As "Linhas a repetir na parte superior" das planilhas MS Excel, em todas as páginas impressas, devem ser referenciadas na caixa Configurar página e aba Planilha abertas pelo botão

- (A) Imprimir área, na aba Inserir.
- (B) Imprimir títulos, na aba *Layout* de página.
- (C) Imprimir área, na aba inserir.
- (D) Imprimir títulos, na aba inserir.
- (E) Inserir quebra de página, na aba Inserir.

25. Dadas as células de uma planilha do BrOffice.org Calc, com os conteúdos correspondentes: A1=1, B1=2, C1=3, D1=4 e E1=5, a função =SOMA(A1:D1!B1:E1) apresentará como resultado o valor

- (A) 6.
- (B) 9.
- (C) 10.
- (D) 14.
- (E) 15.

**Organização do Ministério Público**

26. Considere as seguintes afirmações sobre disposições gerais da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público:

- I. Lei complementar, denominada Lei Orgânica do Ministério Público, cuja iniciativa é facultada aos Tribunais de Justiça dos Estados, estabelecerá, no âmbito de cada uma dessas unidades federativas, normas específicas de organização, atribuições e estatuto do respectivo Ministério Público.
- II. A organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios serão objeto da Lei Orgânica do Ministério Público da União.
- III. São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- IV. As decisões do Ministério Público fundadas em sua autonomia funcional, administrativa e financeira, obedecendo as formalidades legais, têm eficácia plena e executoriedade imediata, não se sujeitando o Ministério Público à competência dos Tribunais de Contas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) III e IV.
- (C) I e II.
- (D) I e IV.
- (E) II e III.

27. Nos termos da legislação estadual pertinente, a falta disciplinar cometida por membro do Ministério Público de Sergipe que também seja definida como crime

- (A) prescreve em 4 anos, se punível com demissão ou perda do cargo.
- (B) não é passível de punição na esfera administrativa.
- (C) prescreve juntamente com a ação penal.
- (D) prescreve em 2 anos, se punível com advertência ou censura.
- (E) prescreve em 3 anos, se punível com suspensão.

28. Na hipótese de acumulação ilegal de cargo ou função pública, fica o Procurador de Justiça de Sergipe sujeito a sanção de

- (A) suspensão, a ser aplicada pelo Corregedor-Geral do Ministério Público.
- (B) disponibilidade, por interesse público, a ser aplicada pelo Corregedor-Geral do Ministério Público.
- (C) censura, a ser aplicada pelo Corregedor-Geral do Ministério Público.
- (D) suspensão, a ser aplicada pelo Procurador-Geral de Justiça.
- (E) censura, a ser aplicada pelo Procurador-Geral de Justiça.

29. Relativamente ao Conselho Superior do Ministério Público do Sergipe, prevê a Lei Orgânica estadual que

- (A) suas decisões serão motivadas e publicadas, por extrato, salvo nas hipóteses legais de sigilo ou por deliberação da maioria de seus integrantes, aplicando-se as hipóteses de impedimento e suspeição previstas em lei.
- (B) o mandato dos representantes da classe junto ao Conselho Superior será de dois anos, sendo vedada a reeleição.
- (C) é integrado pelo Procurador-Geral de Justiça, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, que é seu Presidente, e por três Procuradores de Justiça.
- (D) suas deliberações serão sempre tomadas por maioria simples de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.
- (E) a eleição dos representantes da classe junto ao Conselho Superior será realizada anualmente, na primeira quinzena de dezembro.

30. Sobre a disciplina dos procedimentos para apuração de infração disciplinar de membro do Ministério Público, prevê a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Sergipe que

- (A) deve ser instaurado processo administrativo sumário, como condição de processo administrativo ordinário, na hipótese de ato que possa acarretar a perda do cargo de membro vitalício do Ministério Público.
- (B) deve ser adotado o processo administrativo sumário, quando cabíveis as penas de advertência e censura.
- (C) a apuração é feita mediante processo administrativo ordinário, quando a caracterização da falta funcional depender de prévia apuração.
- (D) todo processo deve ser precedido de sindicância, para apuração de falta disciplinar, independentemente da natureza da falta ou das circunstâncias do caso.
- (E) sindicância é cabível nas hipóteses de aplicação das penas de suspensão, disponibilidade por interesse público e demissão, enquanto perdurar o estágio probatório.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Na América Latina, já é consenso que nem o mercado e nem o Estado tem condições de responder, por si só, aos desafios do desenvolvimento social com equidade. O melhor instrumento de que se dispõe para reverter o quadro de pobreza, violência e exclusão social que ameaça os fundamentos de nossa vida em comum é

- (A) o trabalho de entidades assistenciais, que trabalham informalmente ao nível comunitário.
- (B) a ação de fundação privada da desenvolvimento apoiando associações civis.
- (C) a pesquisa acadêmica voltada para o incentivo à democracia.
- (D) a participação dos cidadãos, essencial para a consolidação da democracia e de uma sociedade civil dinâmica.
- (E) o papel das ONGs, que tem uma rica história de solidariedade e trabalho conjunto com movimentos populares.



32. No âmbito das relações com a justiça, segundo o código de Ética do Assistente Social, é VEDADO ao Assistente Social
- (A) depor como testemunha sobre situação sigilosa do usuário de que tenha conhecimento no exercício profissional, mesmo quando autorizado.
 - (B) participar em sociedades científicas e em entidades representativas e de organização da categoria, que tenham por finalidade a produção do conhecimento, a defesa e a fiscalização do exercício profissional.
 - (C) denunciar ao Conselho Regional de Serviço Social, por meio de comunicação fundamentada, qualquer forma de exercício irregular da Profissão, infrações, princípios e diretrizes do Código e da Legislação profissional.
 - (D) apresentar à justiça, quando convocado na qualidade de perito ou testemunha, as conclusões de seu laudo técnico ou depoimento sem estrapolar o âmbito da competência profissional e violar os princípios éticos contidos no código.
 - (E) comparecer perante a autoridade competente, quando intimado a prestar depoimento, para declarar que está obrigado a guardar sigilo profissional nos termos do Código e da Legislação em vigor.
-
33. No Brasil, somente a partir das décadas de 60 e 70 é que as ONGs iniciam sua formação e estruturação, sintonizadas com os movimentos sociais: a atuação da Igreja progressista, as organizações de trabalhadores, as populações excluídas e a oposição política ao regime ditatorial. O surgimento destas ONGs em conjunto com os movimentos sociais têm como objetivo e dinâmica um projeto
- (A) político que lute pela pró-participação popular na constituinte.
 - (B) que engloba as organizações sem fins lucrativos e as não-governamentais.
 - (C) político com ênfase nas associações de classe.
 - (D) político partidário na defesa dos direitos sociais.
 - (E) político de fortalecimento da sociedade civil e de defesa dos direitos sociais, com ênfase no trabalho de educação popular.
-
34. O Código de Ética Profissional afirma, em seu Art. 2º, que constitui direito do Assistente Social
- (A) utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da profissão.
 - (B) realizar aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-se a serviço dos princípios do código.
 - (C) participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.
 - (D) desempenhar suas atividades profissionais com eficiência e responsabilidade, considerando sempre o posicionamento institucional.
 - (E) avaliar a utilização de qualquer preceito deste código, bem como da lei de regulamentação da profissão.
-
35. Enquanto processo racional, o planejamento se organiza por operações complexas e interligadas de reflexão, de decisão e de retomada de reflexão. Nesta dimensão de racionalidade, a análise desse processo identifica a
- (A) sinalização de um conjunto de meios e de forças buscando realizar intencionalidades globais.
 - (B) importância do caráter político do planejamento e a necessidade de operá-lo sob uma perspectiva estratégica.
 - (C) dimensão político-decisória que dá suporte ético político à sua ação técnico-administrativa.
 - (D) importância de conhecimentos e estratégias que precisam ser consideradas.
 - (E) dimensão ética do planejamento decorrente do fato de o mesmo favorecer o desenvolvimento de uma tecnologia.
-
36. O Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, na sua Resolução nº 493/06, dispõe que o local de atendimento destinado ao Assistente Social deve ser dotado de espaço suficiente para abordagens individuais ou coletivas, conforme características dos serviços prestados, e possuir **ESSENCIALMENTE**,
- (A) iluminação adequada ao trabalho diurno, conforme a organização empresarial.
 - (B) grandes áreas verdes, conforto térmico e ser próximo à instituição.
 - (C) conforto acústico adequado ao atendimento breve com portas fechadas.
 - (D) recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional.
 - (E) local adequado para colocação de arquivos para guarda de material.
-
37. A Lei nº 10.216/2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos de pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, estabelece no parágrafo único de seu artigo 2º, que constitui direito da pessoa portadora de transtorno mental
- (A) ser tratada em ambiente terapêutico pelos meios menos invasivos possíveis.
 - (B) ter acesso restrito aos meios de comunicação disponíveis.
 - (C) ter garantias de transparência nas informações prestadas.
 - (D) ter presença médica, em qualquer tempo, para esclarecer a necessidade ou não de sua hospitalização voluntária.
 - (E) ser tratada preferencialmente em serviços individualizados de saúde mental.



38. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social privilegia o contato do pesquisador com o sujeito e prioriza os fatos que estão mais próximos do sujeito e que repercutem na sua vida, considerando seus sentimentos, valores, crenças, costumes e práticas sociais cotidianas. O uso desta metodologia nos remete a um pressuposto que se expressa
- (A) no reconhecimento de que conhecer o modo de vida do sujeito pressupõe o conhecimento de sua vida social.
 - (B) na busca de informações e de dados quantitativos.
 - (C) na busca para entender os fatos a partir da interpretação do pesquisador.
 - (D) no conhecimento do sujeito, o contexto em que ele vive e o juízo de valor sobre a sua prática social.
 - (E) na vivência dos sujeitos, operando com pressuposições em relação ao significado.
39. No planejamento de questões da área social, os problemas para a montagem de sistemas de avaliação encontram-se, entre outros aspectos,
- (A) nos resultados de longo prazo que são mais tangíveis e mais significativos do que os resultados imediatos.
 - (B) na descrição de parâmetros predeterminados e das metas definidas em termos de espaço, volume e tempo.
 - (C) na existência de um referencial de estudos que permita determinar os efeitos de medidas macrosociais, em todas as dimensões do sistema.
 - (D) na eficiência dos processos científicos e metodológicos de remuneração, de dados sociais e os de natureza qualitativa.
 - (E) na dificuldade em estabelecer a natureza estatística da relação entre indicadores, quando o processo envolve mudanças a curto, médio ou longo prazo e estão naturalmente relacionados.
40. Na pesquisa qualitativa, nos expressamos como sujeitos políticos, com intencionalidades e objetivos definidos. Seu sentido é social, portanto, deve retornar ao sujeito. Um aspecto importante a ser considerado na pesquisa qualitativa é quanto
- (A) aos instrumentos, que não são diferenciados em relação aos da pesquisa quantitativa.
 - (B) ao seu caráter inovador, como pesquisa que se insere na busca de significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências sociais.
 - (C) à origem de uma pesquisa quantitativa decorrente de uma pesquisa qualitativa.
 - (D) à dimensão técnica desse tipo de pesquisa que, como construção individual, parte da realidade dos sujeitos e a eles retorna de forma crítica e criativa.
 - (E) ao seu caráter político, uma construção individual, uma pesquisa que se realiza pela complementariedade.
41. A redução dos danos decorrentes do uso de drogas, em um contexto contemporâneo e crítico, pressupõe respeitar as diferenças e garantir direitos de cidadania numa perspectiva de "educação para a autonomia". O objetivo principal da abordagem de redução de danos, decorrentes do uso de drogas, concentra-se na
- (A) desqualificação e na desacreditação do sujeito drogadicto.
 - (B) prática normativa de correção de desvios, de controle social e moral daqueles que se distanciam de padrões.
 - (C) família e no reforço para a desqualificação moral, produzindo muitos sofrimentos, culpa e vergonha.
 - (D) centralidade da pessoa humana; no sofrimento humano advindo da relação que o sujeito tem com a droga.
 - (E) pessoa envolvida com drogas ilícitas e vista como um sujeito mutilado socialmente.
42. O trabalho do Assistente Social na saúde deve estar articulado aos princípios dos projetos da reforma sanitária e ético-política do serviço social. Considerando estas referências, cabe ao serviço social na área da saúde entre outras,
- (A) estar disposto a articular a construção de um projeto democrático nas unidades de saúde e permitir que exclusivamente os profissionais do serviço social o defenda.
 - (B) reduzir a ação exclusiva sobre as questões subjetivas vividas pelo usuário e pela defesa de uma particularidade do trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais no SUS.
 - (C) estar articulado e sintonizado com os trabalhadores, usuários e funcionários que não lutam pela efetivação do SUS.
 - (D) facilitar o acesso de todo e qualquer usuário aos serviços de saúde da instituição e submeter a operacionalização de seu trabalho aos arranjos propostos pelos governos em relação ao SUS.
 - (E) construir e ou efetivar conjuntamente com outros profissionais, espaço nas unidades de saúde que garanta a participação popular nas decisões a serem tomadas.
43. A Conferência Nacional de Saúde, precedida por conferências municipais e estaduais, é o espaço mais importante do mecanismo de participação social na área, e tem por objetivo
- (A) integrar os serviços de saúde de forma regionalizada e hierárquica, constituindo um sistema único e formular políticas de saúde.
 - (B) avaliar a situação de saúde e propor diretrizes para a formulação da política no setor.
 - (C) incentivar a participação comunitária, abordando questões do debate do movimento sanitário e avaliando as ações em âmbito regional.
 - (D) acompanhar a universalidade das ações e a descentralização com controle social.
 - (E) compreender que saúde é um direito de todos e um dever do Estado, deliberando sobre assistências eletivas.



44. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição é uma finalidade da Educação
- (A) de Jovens e Adultos.
(B) do Ensino Médio.
(C) Profissional.
(D) Superior.
(E) Especial.
45. A política nacional antidrogas vinculada à SENAD (Secretaria Nacional Antidrogas) tem como metas principais
- (A) a interação e o tratamento.
(B) a repressão e o uso indevido.
(C) a prevenção e a conscientização do uso indevido.
(D) o curativo e o uso indevido.
(E) o controle social e o tratamento.
46. Os Centros de Atenção Psicológica (para usuários de álcool e outras drogas) – Capsad – oferecem atendimento diário, possibilitando o planejamento terapêutico. O objetivo do Capsad é oferecer à população
- (A) um espaço de combate às drogas em que sejam travadas discussões profundas sobre a dependência química.
(B) atenção psicossocial em ambiente comunitário integrado à cultura local e articulado com toda rede de cuidados em álcool, drogas e saúde mental.
(C) reflexão crítica acerca da responsabilidade de cada um em relação ao uso de álcool e de outras drogas.
(D) atividades individuais e grupais aos dependentes de álcool e drogas, em uma área de abrangência definida, considerando a sua falta de adesão ao tratamento.
(E) um espaço que garanta a verbalização e a reflexão das questões do serviço que a população está acessando.
47. A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa. Esses programas, incluídos nos planos nacionais de Educação, têm como objetivos
- (A) elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado.
(B) promover e realizar programas de capacitação para o trabalho.
(C) integrar todos os estabelecimentos de ensino fundamental ao sistema nacional de avaliação e deliberar medidas corretivas.
(D) realizar atividades-meio necessárias ao funcionamento de sistemas de ensino e implementar ações educativas.
(E) incentivar o uso e a manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino.
48. O reconhecimento da importância da família no contexto da vida social está explícito na Constituição Federal do Brasil, na Convenção sobre os Direitos da Criança, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei Orgânica da Assistência Social. O direito das crianças à convivência familiar e comunitária está relacionado
- (A) às obrigações recíprocas em torno de relações de gênero.
(B) às funções de controle de suas crianças e adolescentes.
(C) à inclusão social de suas famílias.
(D) à reabilitação social da família.
(E) à competência e às habilidades dos indivíduos.
49. O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à convivência familiar e comunitária constitui um marco nas políticas públicas no Brasil ao romper com a cultura da institucionalização de crianças e adolescentes. As estratégias, objetivos e diretrizes deste Plano estão fundamentados na
- (A) divulgação de informações e sensibilização da sociedade brasileira em relação à adoção.
(B) concretização, sensibilização e desmistificação para a adoção.
(C) prevenção do rompimento dos vínculos familiares.
(D) qualificação profissional dos profissionais que trabalham em instituições de abrigo.
(E) reordenação dos programas de atendimento institucional.
50. Programas de Apoio Sociofamiliar são essenciais à promoção do direito à convivência familiar e comunitária e constituem um dos pilares do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. São características desses programas a
- (A) setorialidade e a interdisciplinaridade.
(B) integralidade e a setorialidade.
(C) disciplinaridade e a setorialidade.
(D) integridade e a territorialidade.
(E) interdisciplinaridade e a intersetorialidade.
51. A Lei nº 11.340/2006, Lei Maria da Penha, cria mecanismos para coibir a violência doméstica familiar contra a mulher. Das medidas de urgência à ofendida, para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou de propriedade particular da mulher, o juiz poderá, por meio de liminar, propor
- (A) o afastamento do agressor do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida.
(B) a imediata separação de corpos.
(C) a restituição dos bens devidamente subtraídos pelo agressor à ofendida.
(D) a suspensão das procações conferidas pela ofendida ao agressor.
(E) a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação da propriedade em comum.



52. O ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, no capítulo sobre direito à profissionalização, assegura ao adolescente aprendiz maior de 14 anos direito
- (A) a trabalho noturno e protegido.
 - (B) a trabalho autônomo e previdenciário.
 - (C) a bolsa-aprendizagem e capacitação.
 - (D) a trabalho protegido e supervisionado.
 - (E) trabalhista e previdenciário.
53. As políticas relacionadas às questões da família no campo do bem-estar social sob a perspectiva pluralista distinguem duas concepções de pluralismo: o liberal e o coletivista. A concepção coletivista trabalha com o modelo institucional de políticas públicas
- (A) direcionadas ao processo de descentralização calçada na ótica da privatização.
 - (B) no princípio da universalidade, objetivando a manutenção e extensão de direitos.
 - (C) restritivas, voltadas para ações combinadas entre Estado e mercado.
 - (D) centrada na ideia da transferência de responsabilidades do Estado para a Sociedade Civil.
 - (E) em restrição ou destituição dos direitos sociais conquistados.
54. O Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741/2003, assegura aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares. Esta reserva corresponde a
- (A) 1% (um por cento) dos assentos.
 - (B) 2% (dois por cento) dos assentos.
 - (C) 3% (três por cento) dos assentos.
 - (D) 10% (dez por cento) dos assentos.
 - (E) 15% (quinze por cento) dos assentos.
55. Segundo o Estatuto do Idoso, a assistência social aos idosos será prestada de forma articulada, conforme os princípios e diretrizes previstos
- (A) na Política Nacional do Idoso, no Conselho Nacional da Assistência Social e no Instituto de Previdência e Assistência Social.
 - (B) no Sistema Único de Saúde, no Instituto de Previdência e Assistência Social e no Conselho Municipal do Idoso.
 - (C) na Lei Orgânica do município, no Conselho Nacional do Idoso e no Sistema Único da Assistência Social.
 - (D) na Lei Orgânica da Assistência Social, na Política Nacional do Idoso e no Sistema Único de Saúde.
 - (E) na Política Nacional de Saúde do Idoso, no Sistema Único da Assistência Social e no Conselho Estadual do Idoso.
56. O poder da ação e do parecer dos Assistentes Sociais, nas decisões judiciais, está relacionado
- (A) à análise social.
 - (B) à ação profissional.
 - (C) ao parecer técnico.
 - (D) ao laudo social.
 - (E) à compreensão do sujeito.
57. A LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente apresentam alternativas para o desenvolvimento pleno das novas gerações. Estas políticas públicas procuram garantir este desenvolvimento por meio de
- (A) política de captação voltada para segmentos populares.
 - (B) estudo e trabalho sintonizados.
 - (C) formação exclusivamente profissional voltada aos desafios sociais.
 - (D) concessão de bens e serviços necessários ao desenvolvimento psicossocial.
 - (E) uma política social voltada para a educação formal.
58. O Conselho Tutelar, uma das grandes inovações institucionais trazidas pelo ECA, na atribuição de assessorar o Poder Executivo local, tem tido dificuldade em elaborar proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos, da criança e do adolescente. Esta dificuldade está relacionada
- (A) à escolha de pessoas que não têm proximidade com o Estatuto nem com a luta pela garantia de direitos, gerando muitas vezes práticas dissonantes dos pressupostos do ECA.
 - (B) ao fato de todos os Conselheiros assumirem a função sem qualquer tipo de referencial de apoio e o Conselho não ter um modelo prévio de funcionamento.
 - (C) à ausência de diagnóstico da situação de atendimento à infância e adolescência e à falta de integração com os conselhos de direitos na maioria dos municípios.
 - (D) à atuação cotidiana dos conselhos que têm se voltado mais para o controle de conduta dos indivíduos do que para a defesa da universalização dos direitos garantidos pelo ECA.
 - (E) à inovação de sua política administrativa, dado que os conselhos tutelares dão margem a uma série de polêmicas em torno de seu papel e de seu funcionamento.
59. Um dos eixos de sustentação da ação profissional, no campo jurídico, na elaboração da perícia social, é a
- (A) declaração de direitos.
 - (B) normatização.
 - (C) interdisciplinaridade.
 - (D) autonomia.
 - (E) política social.



60. O plano diretor, um dos instrumentos da política urbana do Estatuto da Cidade, faz parte
- (A) dos instrumentos periódicos e políticos.
 - (B) do planejamento municipal.
 - (C) dos planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território.
 - (D) do planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.
 - (E) dos institutos tributários e financeiros.
61. A apresentação da perícia social aos juízes se faz mediante o laudo social. Pode constituir-se em um meio de prova, tratando-se de uma declaração técnica. A perícia social tem como finalidade
- (A) emitir parecer sobre situações conflituosas na ótica dos litígios sociais.
 - (B) analisar uma situação a ser descoberta e tomar uma posição própria na condução do trabalho pericial.
 - (C) ouvir e analisar as versões e as interpretações judiciais.
 - (D) conhecer situações-problemas e julgar os elementos que se encontram em análise.
 - (E) emitir uma análise sobre a organização dos processos judiciais.
62. Dentre os instrumentos básicos que o Assistente Social dispõe para a realização da perícia social está
- (A) a metodologia.
 - (B) a teoria.
 - (C) a técnica.
 - (D) a documentação.
 - (E) o recurso.
63. O compromisso ético requerido em um processo de perícia social corresponde ao atendimento dos princípios e das normas para o exercício profissional contidos no Código de Ética do Assistente Social. Quanto aos princípios fundamentais do código de ética deve-se destacar aqueles relacionados
- (A) ao não-posicionamento a favor da justiça social.
 - (B) à defesa dos direitos humanos.
 - (C) à posição desfavorável à ampliação da cidadania.
 - (D) à discriminação por questões de inserção de classe social.
 - (E) ao posicionamento contra à equidade.
64. A Lei nº 10.257/2001, Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam
- (A) a oferta de equipamentos de uso privado, transporte e de serviços públicos.
 - (B) a ordenação de forma a evitar a integração entre as atividades urbanas e rurais.
 - (C) a cooperação entre governos somente nas esferas estadual e municipal.
 - (D) o direito às cidades sustentáveis entendido como direito ao uso real do solo.
 - (E) o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.
65. O CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência e a CORDE – Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência estão vinculados ao Ministério
- (A) da Justiça e à Secretaria Especial dos Direitos Humanos.
 - (B) do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e à Secretaria Nacional de Assistência Social.
 - (C) da Saúde e à Secretaria de Atenção à Saúde, por meio do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas.
 - (D) do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e à Coordenadoria Geral de Ações Intersetoriais do Departamento de Benefícios Assistenciais.
 - (E) da Educação e Cultura e à Secretaria de Educação Especial.
66. A assessoria, como ação desenvolvida no cotidiano profissional do Assistente Social, deve ter como referência
- (A) as condições objetivas que os profissionais de serviço social têm para empreender tal ação.
 - (B) a possibilidade de articulação da prática desenvolvida com vistas a aperfeiçoar e qualificar o trabalho.
 - (C) uma revisão constante da forma como seu trabalho está estruturado e, por isso, composta por ações esporádicas.
 - (D) um conjunto de técnicas e de metodologias rico e complexo para o processo da assessoria.
 - (E) a organização política dos usuários, o potencial político ou sua ausência e o conteúdo a ser trabalhado pelo assessor.
67. A Lei nº 8.213/91, conhecida como Lei de Cotas, no seu art. 93, determina que todas as empresas privadas com 100 ou mais empregados têm de reservar vagas de empregos para pessoas com deficiência, na proporção de
- (A) 100 a 200 funcionários, 1% das vagas.
 - (B) 501 a 1.000 funcionários, 5% das vagas.
 - (C) 201 a 500 funcionários, 5% das vagas.
 - (D) 100 a 200 funcionários, 5% das vagas.
 - (E) 100 a 200 funcionários, 2% das vagas.
68. O Terceiro Setor é um movimento associativo em escala planetária, que abarca um conjunto heterogêneo de entidades sociais, organizações empresariais e organizações não-governamentais dos mais variados tipos. Tal movimento relaciona-se
- (A) ao ideário doutrinário, inspirado na solidariedade, mas que ultrapassa o senso comum de ajuda aos pobres.
 - (B) à filantropia, à benemerência, à solidariedade e à dignidade humana.
 - (C) à desregulamentação do papel do Estado na economia e na sociedade, transferindo parcelas de responsabilidades para a sociedade civil organizada.
 - (D) à nova consciência de cidadania e à nova cultura política partidária.
 - (E) à necessidade da parceria entre o Estado e a sociedade para o enfrentamento dos conflitos sociais.



69. No âmbito da PNAS – Política Nacional de Assistência Social, garantir o direito à convivência familiar e comunitária e contribuir para o processo da autonomia e da emancipação social das famílias são alguns dos objetivos específicos
- (A) do Programa Bolsa Família.
 - (B) do Centro de Referência Especializado de Assistência Social.
 - (C) da proteção social especial.
 - (D) da proteção social básica.
 - (E) do pacto de aprimoramento de gestão.
70. A Lei nº 7.853/89 disciplinou dentre outras, a atuação do Ministério Público no sentido de
- (A) fiscalizar o cumprimento da Lei de Cotas, orientando e instaurando inquéritos.
 - (B) emitir opinião sobre os acordos, contratos ou convênios firmados pelos demais órgãos, no âmbito da Política Nacional para a integração da pessoa com deficiência.
 - (C) recusar, retardar ou dificultar a internação em abrigo especializado de pessoa com deficiência para salvar o seu direito à convivência familiar e comunitária.
 - (D) punir com reclusão de quatro anos a pessoa que obstar o acesso de alguém a qualquer cargo público, por motivos derivados da sua deficiência.
 - (E) intervir obrigatoriamente nas ações públicas, coletivas ou individuais, em que se discutam interesses relacionados à deficiência das pessoas.
71. A capacidade humana de projetar finalidade às ações, finalidades que contêm uma intenção ideal e um conjunto de valores direcionados ao que se julga melhor em relação ao presente, denomina-se
- (A) práxis.
 - (B) teleológica.
 - (C) ética.
 - (D) alteridade.
 - (E) mediação.
72. A reflexão ética sobre o comportamento profissional, que pensa a relação do eu com o coletivo, estabelece parâmetros para a relação do profissional com a sociedade. Essa relação possibilita
- (A) respeito ao outro, aceitando conscientemente que o diferente é capaz, mas necessita da intervenção profissional para se conscientizar disso.
 - (B) a capacidade de se elevar ao humano-genérico, e agir a partir de tal elevação, comprometendo assim a ação profissional.
 - (C) seu retorno à prática, pois ilumina a ação profissional e o posicionamento da profissão diante da realidade social.
 - (D) a suspensão da cotidianidade, com objetivo de responder às necessidades imediatas, sistematizando a crítica da vida cotidiana.
 - (E) um juízo de valor, uma avaliação que qualifica ações, objetos, pessoas e relações na atuação profissional mais efetiva.
73. Há uma particularidade histórica na concepção e no modo de pesquisar no âmbito do exercício profissional do Assistente Social. Concebe-se a pesquisa como
- (A) constitutiva da objetividade da ação profissional, desqualificando a subjetividade e o social.
 - (B) mediação constitutiva da identidade e do exercício profissional, inerente, portanto, ao projeto ético-político da profissão.
 - (C) interlocução da teoria, desconsiderando a interação com os sujeitos.
 - (D) trajetória de um método a ser seguido, com fins a serem alcançados e, posteriormente, avaliados.
 - (E) processo investigativo, onde o documento final a ser produzido desconsidera o lugar social em que foi realizada.
74. As análises feitas por especialistas, organismos internacionais e pela mídia mundial têm mostrado que as transformações ocorridas atualmente no mundo do trabalho são resultantes
- (A) do processo de incorporação pelo Estado das reivindicações populares, mediante uma intensa legislação social e sindical.
 - (B) das novas configurações do Estado.
 - (C) da modernização capitalista no Brasil, que rompeu com a dependência econômica do país mas gerou o desemprego.
 - (D) da pobreza, da exclusão e das desigualdades sociais.
 - (E) das novas configurações do capitalismo com suas mudanças no processo produtivo e subalternização do trabalho aos interesses do mercado.
75. O CRAS – Centro de Referência de Assistência Social deve contar com uma equipe mínima para a execução dos serviços e ações nele ofertados. De acordo com a NOB-SUAS, a União, os Estados, os municípios em gestão plena e o Distrito Federal são responsáveis por
- (A) dimensionar e compor a equipe do CRAS por profissionais obrigatoriamente do quadro próprio do município, dentre as seguintes categorias profissionais: assistente social, psicólogo, pedagogo e estagiários.
 - (B) monitorar e avaliar os profissionais que estão lotados nos CRAS, supervisionando a sua atuação e desempenho, inclusive questionando o seu perfil e competência.
 - (C) elaborar e executar política de recursos humanos, com a implantação de carreira para os servidores públicos que atuam na área de assistência social.
 - (D) selecionar e contratar o mínimo de profissionais necessários que irão trabalhar nos espaços dos Centros de Referência, considerando sempre a capacidade orçamentária de cada município.
 - (E) contratar e capacitar assistentes sociais e psicólogos, desde que autorizados pelo CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social.



76. Os limites e as possibilidades da ética profissional na sociedade brasileira são dados pelas
- emancipação, alteridade, liberdade, compromisso e justiça social.
 - tendências estruturais e conjunturais da sociedade capitalista e pela prática profissional orientada teleologicamente em função de um projeto coletivo.
 - dimensões filosófico-subjetiva, concreto-vivencial e normativo-diretiva.
 - particularidades que envolvem as esferas constitutivas da ética profissional e pelas tendências da profissão.
 - realização e ampliação de direitos sociais e humanos, que só se mantêm se contar com uma base social de sustentação político-partidária.
-
77. Considere as afirmações relativas ao conceito de família na contemporaneidade.
- A família não deve ser entendida como um espaço de pessoas, constituído de maneira contínua, relativamente estável e não casual, com os mais diferentes arranjos.
 - A família é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social.
 - A família nas políticas públicas, principalmente nos programas de transferência de renda, é entendida somente como unidade econômica.
 - As transformações societárias, as relações econômicas e sociais fragilizam as famílias, tornando-as vulneráveis.
 - Uma das características das famílias pobres é sua configuração em rede.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- II, III e V.
 - II, IV e V.
 - I, II e III.
 - I, III e IV.
 - I, III e V.
-
78. Nem todo o trabalho em parceria é interdisciplinar, pois é razoavelmente aceitável que o desenvolvimento de trabalhos dessa ordem de complexidade não seja algo que se faça em curto espaço de tempo e à revelia de outros condicionantes. As características responsáveis pela confluência dos profissionais na constituição de um projeto interdisciplinar são a
- articulação da dimensão investigativa com as práticas interventivas e a consideração das peculiaridades geográficas e culturais das instituições onde o projeto/trabalho está sendo desenvolvido.
 - base epistemológica do desenvolvimento científico e técnico, e o contexto ideológico que o aporta e sustenta.
 - especialização, a convergência em torno do objeto, a convergência ético-política, as intercorrências do processo histórico e o gerenciamento das características dos atores envolvidos.
 - vinculação do modo de produção científico ao modo de produção capitalista e a integração dos saberes.
 - dissolução das fronteiras entre as disciplinas, a interdisciplinaridade na pesquisa, as consequências para a prática profissional e a ação pedagógica.
-
79. Oferecer proteção integral às famílias e seus membros, prevenir o rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito de suas relações são alguns dos objetivos específicos
- da proteção social básica, realizada especialmente na rede socioassistencial.
 - do Programa ProJovem Urbano, integrado à proteção social especial.
 - da proteção social especial, realizada nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social.
 - do Programa Bolsa Família, acompanhado pelas Secretarias Municipais de Assistência Social.
 - do Programa Atenção Integral à Família, desenvolvido nos Centros de Referência de Assistência Social.
-
80. O SUAS, Sistema Único de Assistência Social, é um novo modelo de gestão dos programas da assistência social, com o objetivo de reorganizar o atendimento, agilizar repasse de recursos federais e estabelecer um sistema de parceria e cofinanciamento dos programas envolvendo as três esferas de governo. Seu processo de implementação encontra-se em construção, envolvendo governo e sociedade civil para seu aperfeiçoamento. Parte dos municípios brasileiros, já estão habilitados no SUAS. Esse número, segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em julho de 2008, chegou a
- 59%
 - 76%
 - 89%
 - 98%
 - 100%
-
81. Mediações são categorias instrumentais pelas quais se processa a operacionalização da ação profissional. São instâncias de passagem da teoria para a prática. Elas se apoiam sempre
- no conjunto de programas e projetos pelos quais a ação profissional ganha concretude.
 - nos eixos: valorativo, metodológico e operativo.
 - em uma visão de mundo como totalidade, como real concreto em movimento, e de homem como ser histórico e social.
 - em uma cadeia de vínculos na relação totalidade particularidade, tendo em vista a superação da realidade social concreta.
 - na descrição e na crítica da realidade em termos de limites e possibilidades da ação profissional.
-
82. A PNAS – Política Nacional de Assistência Social, bem como várias outras políticas sociais brasileiras, focam suas ações na família. Um dos princípios da PNAS é o da matricialidade familiar. Esse princípio dispõe que nos trabalhos a serem realizados com as famílias DESCONSIDERE-SE
- a perspectiva de se centrar não apenas nas vulnerabilidades, mas nas potências e desejos da família e de seus membros.
 - o levantamento dos serviços e programas relativos às várias políticas públicas.
 - o conhecimento sistematizado do perfil da população e dos respectivos territórios de incidência das ações.
 - o quadro de recursos humanos a ser utilizado, capacitado e supervisionado.
 - a visão de atomização e individualização da família, atribuindo-lhe a solução de seus problemas.



83. Um trabalho social com famílias deve também considerar que estas se encontram situadas em determinado tempo e espaço. Esse espaço é simultaneamente objetivo, base geográfica, e subjetivo, significado que lhe é atribuído. Nesse sentido são frequentes afirmações como as apresentadas a seguir.
- I. O território é o “chão da política pública”, pois é onde se expressam as manifestações da questão social.
 - II. O território em si não é um conceito. Ele se torna um conceito utilizável para análise e intervenção social quando pensado juntamente com aqueles atores e sujeitos que dele se utilizam.
 - III. O território é um “espaço de vida” onde se desenvolvem as práticas cotidianas dos sujeitos.
- Está correto o que se afirma em
- (A) II e III, apenas.
 - (B) III, apenas.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) I, II e III.
 - (E) II, apenas.
84. O BPC – Benefício de Prestação Continuada é um benefício assistencial, previsto na Constituição Federal e regulamentado pela Lei Orgânica de Assistência Social com as alterações do Estatuto do Idoso. Trata-se de um benefício
- (A) contributivo, para idosos com 65 anos ou mais e pessoas com deficiência, incapacitadas para o trabalho e para a vida independente, sendo que em ambos os casos, a renda familiar *per capita* dos beneficiários tem de ser inferior a um quarto do salário mínimo.
 - (B) não contributivo, para idosos com 70 anos ou mais e pessoas com deficiência, incapacitadas para o trabalho e para a vida independente, impossibilitadas de prover sua manutenção ou tê-la provida por sua família.
 - (C) contributivo, para idosos com 65 anos ou mais e pessoas com deficiência, incapacitadas para o trabalho e para a vida independente, sendo que em ambos os casos, a renda familiar *per capita* dos beneficiários, tem de ser inferior ou igual a um quarto do salário mínimo.
 - (D) não contributivo, para idosos com 65 anos ou mais e pessoas com deficiência, incapacitadas para o trabalho e para a vida independente, sendo que em ambos os casos, a renda familiar *per capita* dos beneficiários tem de ser inferior a um quarto do salário mínimo.
 - (E) não contributivo, para idosos com 60 anos ou mais e pessoas com deficiência, incapacitadas para o trabalho e para a vida independente, sendo que em ambos os casos, a renda familiar *per capita* dos beneficiários tem de ser inferior a um quarto do salário mínimo.
85. A Assistência Social está constituída como política pública, fruto de conquistas e lutas travadas desde a Constituição Federal de 1988. São marcos na história da Assistência Social no Brasil a
- I. Lei Orgânica de Assistência Social e o Estatuto da Criança e do Adolescente.
 - II aprovação da NOB-RH/SUAS e o Plano Decenal de Assistência Social.
 - III. instalação do Conselho Nacional de Assistência Social e a criação do Ministério de Desenvolvimento Social e combate à fome.
- Está correto o que se afirma em
- (A) II, apenas.
 - (B) II e III, apenas.
 - (C) I e II, apenas.
 - (D) I, II e III.
 - (E) I e III, apenas.
86. As exigências específicas para a estruturação dos serviços de proteção social da assistência social, bem como os fluxos entre a proteção básica e a proteção especial e as funções de vigilância e defesa social e institucional, trazem novos desafios e mais amplas responsabilidades para
- (A) a sociedade civil e os conselhos de direitos.
 - (B) o gestor público e os usuários.
 - (C) as entidades assistenciais e os usuários.
 - (D) os usuários e os profissionais da assistência.
 - (E) o gestor público e a rede socioassistencial.
87. Em relação aos quadros técnicos para a implantação do SUAS – Sistema Único de Assistência Social, é INCORRETO afirmar:
- (A) O diagnóstico das gestões municipais e estaduais apresentados na V Conferência Nacional de Assistência Social (2005) revelou a defasagem tecnológica da força de trabalho da assistência social.
 - (B) O agravamento das vulnerabilidades sociais e da precariedade de vida e de trabalho dos demandantes dos serviços socioassistenciais também amplia a fragilização das respostas profissionais dos trabalhadores da assistência social.
 - (C) O trabalho na assistência social é totalmente independente da inteligência e do saber da força de trabalho humana.
 - (D) A ressignificação da identidade do trabalhador da assistência social é um desafio, pois a caridade e a benemerência, impregnaram inclusive as representações dos próprios trabalhadores da área.
 - (E) Recursos humanos na gestão da assistência social é matéria prima e processo de trabalho fundamental. A assistência social não opera por tecnologias substitutivas do trabalho humano.
- Instruções: As questões de números 88 e 89 contêm duas afirmações. Assinale, na Folha de Respostas, a alternativa correta de acordo com a seguinte chave:
- (A) a primeira afirmação é verdadeira e a segunda é falsa.
 - (B) a primeira afirmação é falsa e a segunda é verdadeira.
 - (C) as duas afirmativas são falsas.
 - (D) as duas afirmações são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
 - (E) as duas afirmações são verdadeiras e a segunda não justifica a primeira.
88. O estatuto de política pública de seguridade social conferido à assistência social pela Constituição Federal e pela LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social requer universalização de direitos, transparência orçamentária e controle social, a serem assegurados pelo comando único nas três esferas de governo
- PORQUE**
- O sistema de relações institucionais adotado no passado recente pela assistência social foi mais um modo separatista do que aglutinador, que revelou o predomínio do entendimento neoliberal do Estado como mínimo.



89. O reordenamento institucional político-institucional da assistência social, se desenvolveu em um ambiente político-institucional de avanço do ideário neoliberal dos anos de 1990, de redução dos órgãos estatais, desgaste da burocracia pública, cortes nos gastos sociais, privatização de empresas e serviços públicos, restrição e implosão da legitimidade dos direitos e da esfera pública.

PORQUE

A constituição brasileira “navegou contra o instituído” quando da sua definição e aprovação, que ocorreram em um contexto de esgotamento da agenda universalista antes mesmo dela ser implantada no Brasil.

90. Em relação às transformações societárias e o Serviço Social na contemporaneidade, no Brasil, considere:

I. No encaminhamento de uma reflexão prospectiva sobre o Serviço Social há alguns equívocos que devem ser evitados: a fuga para o futuro e a especulação.

II. As alterações profissionais derivam da intrincada interação que se processa entre as transformações societárias, com seu rebatimento na divisão sociotécnica do trabalho, e o complexo que é constitutivo de cada profissão.

III. A década de 80 consolida, no plano ideopolítico, a ruptura com o histórico conservadorismo do Serviço Social, significando que se democratizou a relação no interior da categoria e legitimou-se o direito à diferença ideopolítica.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) II, apenas.

91. A política social brasileira deve ser compreendida a partir do solo histórico que a constitui. Algumas características tem acompanhado de forma reiterada a nossa trajetória. São elas:

- (A) tutela, clientelismo, paternalismo, patrimonialismo.
- (B) filantropia, terceiro setor, modernismo, capitalismo.
- (C) proteção social, protagonismo, liberalismo, tecnocratism.
- (D) burocracia, tecnicismo, protecionismo, individualismo.
- (E) solidariedade, benemerismo, desenvolvimentismo, pragmatismo.

92. A perspectiva do *empowerment* teve e tem ampla repercussão na prática profissional, seja no quadro de análise da luta de classes, seja no enfoque de luta contra a discriminação.

Essa perspectiva implica

- (A) regulação dos conflitos que venha a favorecer, consolidar e ampliar vantagens de um grupo em relação aos outros.
- (B) tornar, como função e significado, a miséria mais aceitável e menos ameaçadora.
- (C) trabalho de capitalização ou patrimonialização dos sujeitos nas dinâmicas das trajetórias individual e coletiva em que se encontram fragilizados, oprimidos, em diferentes níveis.
- (D) aumento do poder abstrato de um sujeito genérico.
- (E) implementação de habilidades dos usuários para resolver seus problemas, desconsiderando a conjuntura.

93. Ao situar a particularidade da profissão na divisão sociotécnica do trabalho, essa forma de compreender o surgimento do Serviço Social contribui para a apreensão do significado sócio-histórico da profissão e de sua instrumentalidade. Permite apreender a instrumentalidade da profissão como

- (A) razão substantiva, voltada para os fins universalistas, para valores sociocêntricos, preocupando-se com as implicações das escolhas dos meios e no estabelecimento de finalidades.
- (B) um conjunto de condições que a profissão cria e recria no exercício profissional e que se diversifica em função de um conjunto de variáveis.
- (C) expressão da interconexão das racionalidades formal-abstrata e instrumental, sendo o Serviço Social considerado como uma técnica social com vistas a tornar-se uma ciência social aplicada.
- (D) o uso de meios e instrumentos imprescindíveis ao agir profissional, por meio dos quais os Assistentes Sociais podem passar da mera intencionalidade para a efetivação de ações profissionais.
- (E) razão instrumental, subordinada ao alcance dos fins particulares, dos resultados imediatos e funcional às estruturas.

94. Em alguns casos, o beneficiário do BPC – Benefício de Prestação Continuada precisa ser representado por outra pessoa para requerer e receber o benefício. Nesse caso, o responsável por maior de 18 anos sem discernimento, considerado pela lei incapaz para atos da vida civil, deve apresentar como documento

- (A) curatela.
- (B) requerimento.
- (C) procuração.
- (D) guarda.
- (E) tutela.



95. Em referência à questão social na sociedade contemporânea, considere:

- I. Foram as lutas sociais que fizeram com que a questão social se transformasse numa questão política e pública.
- II. Utilizar o termo exclusão social significa sintetizar o que é a própria questão social.
- III. A questão social é a expressão das desigualdades sociais produzidas e reproduzidas na dinâmica contraditória das relações sociais.
- IV. As complexas mediações sociais, com clivagem de classe, gênero, etnicorraciais, geracionais fazem da questão social um fenômeno complexo e multifacetado.
- V. Os processos de mundialização da economia e sua financeirização produziram redefinições pouco significativas nas manifestações da questão social.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) III, IV e V.
- (C) I, II e III.
- (D) I, II e IV.
- (E) I, III e IV.

96. O cotidiano é o lugar onde a reprodução social se realiza por meio da reprodução dos indivíduos, razão pela qual é um espaço ineliminável e insuprimível, no qual configuram-se três características, que devem ser apreendidas pelo Assistente Social, a saber:

- (A) criticidade, particularidade e diferencialidade.
- (B) individualidade, institucionalidade e imediatividade.
- (C) singularidade, moralidade e superficialidade extensiva.
- (D) diferencialidade, imediatividade e superficialidade extensiva.
- (E) pluralidade, possibilidade e imediatividade.

97. Em referência ao Projeto Ético-político Profissional – PEP do Serviço Social Brasileiro, considere:

- I. A década de 60 conferiu maturidade teórica ao PEP, fazendo do legado marxiano e da tradição marxista, sua referência teórico-hegemônica.
- II. Dão sustentabilidade institucional, legal, ao projeto de profissão nos marcos do processo de ruptura com o conservadorismo: o Novo Código de Ética Profissional de 1993; a nova Lei de Regulamentação da Profissão de 1993; as Diretrizes Curriculares dos cursos de Serviço Social de 1996 e as legislações sociais que referenciam o exercício profissional.
- III. A direção sócio-política do projeto de formação profissional expressa o horizonte da profissão do ponto de vista de sua utilidade social (teleologia) vinculada à sua perspectiva projetiva estratégica (ontologia).

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e III, apenas.

98. O Decreto nº 6.307/2007 dispõe sobre os benefícios eventuais de que trata o art. 22 da Lei nº 8.742/93. Conforme este decreto, benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de

- (A) nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.
- (B) suprir meios e condições para reprodução social do solicitante no que se refere à alimentação.
- (C) privação de bens e de segurança material.
- (D) situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos.
- (E) perda e falta de documentação.

99. A frase:

Na , além do direito de votar e ser votado, existem mecanismos que permitem aos cidadãos participar da formulação e controle das ações do poder público, podendo inclusive influenciar na elaboração dos orçamentos. Os são exemplos desses mecanismos.

ficará correta com as lacunas preenchidas por:

- (A) democracia participativa - direitos sociais
- (B) democracia representativa - orçamentos participativos
- (C) democracia representativa - direitos políticos
- (D) democracia participativa - conselhos
- (E) administração pública - estatutos

100. Existem três condições mínimas e obrigatórias fixadas pelo ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente para a candidatura de um conselheiro tutelar. Mas cada cidade também pode estabelecer, por meio de legislação própria, outras exigências em relação aos candidatos. Os três requisitos legais válidos para todos os municípios são:

- (A) idade superior a 18 anos, residir no município e aprovação em prova de conhecimento do ECA.
- (B) reconhecida idoneidade moral, idade superior a 21 anos e residir no município.
- (C) reconhecida idoneidade moral, escolaridade mínima e avaliação psicológica.
- (D) idade superior a 18 anos, experiência anterior na área da infância e da adolescência e aprovação com prova de conhecimento do ECA.
- (E) reconhecida idoneidade moral, residir no município e avaliação psicológica.